

# CLAUSEWITZ E A GUERRA ABSOLUTA NA ERA NUCLEAR<sup>1</sup>

Anna Carolina Monéia Farias<sup>2</sup>

**RESUMO:** Clausewitz, general prussiano, refletiu acerca da guerra e da política no contexto de guerras napoleônicas, no qual o autor participou ativamente como soldado. Entretanto, sua teorização não se restringiu ao seu período histórico, sendo, portanto, base de reflexão para muitos acadêmicos em diferentes épocas. Uma de suas máximas diz respeito à elaboração dos conceitos de guerra real e guerra absoluta. A primeira, segundo o autor, é aquela que está no plano da experiência histórica e real, existente em toda a sua complexidade, probabilidades, sorte, acasos e imprevistos, enquanto que a última é avaliada em termos abstratos. Ela tem somente um exemplo prático de uma certa aproximação com a realidade no contexto da inovação histórica quanto à intensidade da mobilização e recursos das batalhas decisivas sob a liderança de Napoleão Bonaparte. Desta forma, as vitórias da França napoleônica configuraram uma novidade histórica, uma aproximação com a guerra absoluta não somente pelos motivos já mencionados, mas também porque a guerra alcançou a intensidade extrema da violência manifestada de uma só vez, pontos que caracterizam a sua feição absoluta. A guerra absoluta tomou formas reais com as inovações da era nuclear na explosão das armas atômicas a partir de Hiroshima e Nagasaki. O trabalho objetiva um exame sobre a literatura que aborda tal perspectiva na aplicação contemporânea de Clausewitz no tocante ao conceito de guerra absoluta.

**Palavras-chave:** Clausewitz. Guerra Absoluta. Era Nuclear

**ABSTRACT:** Clausewitz, a Prussian general, proposed reflexions about war and politics observed through the context of Napoleonic wars, which the author has participated actively as a soldier. However, his theory is not restricted to his historical period. Therefore, it constitutes the base for many academic's reflections in different generations. One of his mains thoughts concerns elaboration of concepts such as real war and absolute war. The first one, according to the author, is present in historical and actual realm, concrete in terms of high complexity, probabilities, luck, chance, and unpredictable, while the second one is an abstract definition. There is only one practical example available as a nearer approach to reality and example of absolute war: a historical innovation about its intensity of mobilization and resources for decisive battles under Napoleon Bonaparte's leadership. Thus, the victories of Napoleonic France created a historical novelty, an approach to absolute war not only for the reasons already mentioned, but also because war approached the extreme intensity of violence manifested at once. These are points that characterize its absolute feature. Absolute war took real form with the innovations of the nuclear age with the explosion of atomic weapons in Hiroshima and Nagasaki. This text proposes to observe the literature that addresses this perspective on contemporary application of Clausewitz regarding the concept of absolute war.

**Keywords:** Clausewitz. Absolut War. Nuclear Age.

---

1 Trabalho de Conclusão do Curso de Relações Internacionais da UNESP – Marília sob orientação do Prof. Rodrigo Duarte F. Passos.

2 Bacharel em Relações Internacionais. Contato: carolmoneia@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

Carl von Clausewitz (1780-1831) foi um general prussiano e autor de uma das obras mais relevantes no tocante à literatura militar, “Da Guerra”. A sua criação se deu como um desdobramento das suas considerações a respeito da era napoleônica, de forma que a sua teoria está intrinsecamente relacionada às suas observações e à experiência vivida nesse contexto. O general observa a guerra como “um duelo em grande escala”, na qual se tenciona alcançar a submissão do oponente. Entretanto, a devoção francesa no envolvimento com a guerra durante esse período permitiu ao autor constatar uma importante relação entre guerra e política. (CLAUSEWITZ, s.d.)

A Revolução Francesa e as guerras napoleônicas constituíram uma novidade histórica em diversos aspectos sociais, econômicos e políticos. A dissolução das relações feudais, a reforma agrária, a secularização das propriedades da Igreja, e, principalmente, o fim do poder dos nobres e a participação do povo na política são exemplos de rupturas ocorridas na época. (BIANCHI, 2014: p. 9) Esse envolvimento do povo na política, também refletiu na disposição dos mesmos na guerra.

Das batalhas desse período, o general pode observar que

Subitamente a guerra tornou-se uma atividade do povo - um povo de trinta milhões, todos considerando-se cidadãos. [...] O povo passou a tomar parte nas guerras. Em vez dos governos e dos exércitos, como até então, todo o peso da nação foi jogado na balança. Os recursos e os esforços agora disponíveis para serem utilizados ultrapassaram todos os limites convencionais. Nada obstruía agora o vigor com que a guerra podia ser travada e, conseqüentemente, os oponentes da França enfrentavam o maior perigo. (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 701)

Dessa forma, as pessoas, que estavam sob os ânimos dos lemas da revolução, passam a considerar a si próprias como cidadãos, de modo que as guerras passam também a ser travadas com grande vigor. Diante disso, Clausewitz pode compreender que a participação da população na guerra se dava sob a base de um fim político, isto é, foi a participação na vida política que levou o povo à guerra, e, portanto, pode perceber que a guerra trata-se não somente de um ato de política, mas sim um instrumento político. Segundo Clausewitz (s.d.: p. 91): “guerra é meramente a continuação da política por outros meios”.

Pode-se perceber, então, um outro aspecto importante dessa participação e que é um ponto nevrálgico da teoria clausewitziana: a inserção do “fator psicológico no centro das suas reflexões teóricas”. (PARET, s.d.: p. 11) Os elementos morais são de fundamental importância na guerra, de modo que a coragem dos soldados e o sentimento patriótico são dois dos principais elementos morais postulados pelo general. No caso das guerras francesas, a motivação psicológica de toda a sociedade, embalada pelo entusiasmo da causa da revolução, foi levada, pela primeira vez, ao campo de batalha de forma que os combates se davam como espasmos decisivos, praticados intensamente até os inimigos cederem.

Do mesmo modo, o fator psicológico também é peça-chave no que diz respeito à reciprocidade da guerra, isto é, o instinto de vingança e de retaliação. (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 280) Como já foi apresentado, a guerra tem como objetivo imediato fazer o oponente se submeter a sua vontade, entretanto, considerando esse fator, o inimigo também reagirá com forças maiores, levando a uma escalada na intensidade do emprego da força.

Na observação dessas guerras, Clausewitz, em 1804, fez uma distinção entre guerras que têm por fim enfraquecer o inimigo o necessário para que pudesse assim “impor condições [a ele] na conferência da paz”. (apud PARET, s.d.: p. 21) e, seriam, portanto, mais brandas, e aquelas em que o emprego da violência é mais intenso e prevê não somente a sua submissão, como o extermínio do oponente, de forma a destruir a sua existência política.

Essa disparidade remete à distinção feita por Clausewitz (s.d.) entre guerra absoluta e guerra real, na qual a primeira trata-se de uma concepção ideal, uma fantasia lógica, enquanto que a última assume um aspecto real.

Sendo assim, guerra real representa aquela que é possível, ou seja, abarca um nível de violência e hostilidade palpável e que está vulnerável às possibilidades da guerra. Esta, para o general, é comparável a um camaleão, devido a sua variabilidade histórica e necessidade de adaptação. Por outro lado, a guerra absoluta seria uma “fantasia lógica” (PASSOS, 2014, p.23), uma vez que trata-se de um conceito ideal, em que não há limitação para o uso de violência e nem leis que pudessem regê-la. A guerra absoluta prevê o aniquilamento do inimigo utilizando a força máxima de modo instantâneo, de modo que “a guerra privilegiaria a confrontação e a aniquilação física: portanto, um uso da violência sem limites”. (PASSOS, 2014: p.23)

A relação entre guerra absoluta e real está no sentido de que, na realidade, um lado busca superar o outro, seguindo o pressuposto da reciprocidade, e essa sucessão de ataques de maior intensidade leva aos extremos. (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 688)

Clausewitz identificou no seu tempo que as guerras napoleônicas aproximaram-se do que ele considerou por guerra absoluta devido a sua intensidade, uma vez que a condução das batalhas se dava de modo intenso até a rendição do inimigo, priorizando-se a batalha decisiva em contexto de enorme mobilização de recursos e da própria sociedade francesa. Segundo Passos (2014b):

(...) as guerras napoleônicas apresentaram como novidade histórica uma aproximação nunca antes vista com a guerra absoluta e aquilo que caracteriza a verdadeira natureza, a peculiaridade da guerra na acepção clausewitziana frente a outros fenômenos: a violência. Neste caso, as guerras napoleônicas exacerbaram a intensificação da manifestação da violência. Isto porque nunca antes na história se viu tal entusiasmo, fúria, paixão, motivação psicológica – aquilo que Clausewitz (1984) chamou de elementos morais de um exército – por parte dos combatentes franceses sob o comando de Bonaparte. (PASSOS, 2014b: p. 153)

Contudo, a definição da guerra absoluta, por muito tempo, foi considerada somente no plano abstrato, inclusive pelo próprio general: “a guerra absoluta nunca foi de fato alcançada”. (CLAUSEWITZ, s.d.; p. 688-690) Ainda assim, a guerra absoluta foi tomada como um padrão geral de se pensar as conduções dos diferentes conflitos bélicos e suas várias manifestações e intensidades de violência (PARET, 1985: p. 367).

É importante ressaltar que a obra “Da Guerra” é construída, em alguns aspectos, sob uma perspectiva histórica, mas que o próprio autor apontou a possibilidade de atualização ante as distintas manifestações históricas - reflexo da historicidade da sua abordagem da guerra:

Só podemos dizer, portanto, que os propósitos que um beligerante adota e os recursos que emprega devem ser regidos por características específicas da sua própria situação, mas devem estar também de acordo com o espírito da época e com as suas características em geral. Finalmente, devem ser sempre regidos pelas conclusões gerais a serem extraídas da natureza da própria guerra (CLAUSEWITZ, s.d.: p 704)

Isto significa dizer que existem particularidades de cada tempo que influem na guerra, mas que, como salienta o autor, alguns pontos são conclusões gerais por ser inerentes à natureza da mesma. Diante disso, por anos, os estudos de Clausewitz vêm sendo avaliados em diferentes conjunturas e especificidades. A discussão que tange sobre a guerra absoluta retoma veemente a partir da invenção de um artifício de utilização máxima da força: os armamentos nucleares.

O fato é que a definição clausewitziana da guerra absoluta de um espasmo único, instantâneo e extremo da violência que leva à submissão do oponente encontrou uma enorme semelhança com o episódio do uso prático das armas nucleares no teatro de operações japonês no final da Segunda Guerra

Mundial. Em termos históricos, nos parâmetros utilizados por Clausewitz percebe-se no contexto da Revolução Francesa a maior proximidade ao extremo. Mas, tal aproximação se torna incomparável no pós-Segunda Guerra Mundial com o advento da era nuclear, em que o extermínio é mais concretamente possível e tem o mesmo sentido de uma estratégia do suicídio.

Visto isso, a obra do general é extremamente pertinente ao contexto atual. Assim, de suma importância considerá-la diante da sua enorme importância para os estudos de guerra, política e estratégia a fim de remontar suas abordagens, em principal, a perspectiva sobre guerra absoluta, nas contribuições da literatura acadêmica sobre o tema em pauta.

Ademais, é necessário buscar compreender que o senso comum desenvolvido acerca da teoria de Clausewitz quanto uma “apologia ao derramamento de sangue puro e simples”<sup>3</sup> está muito aquém do que realmente representa na prática o pensamento do autor. Em termos históricos, o advento das armas nucleares revela a possibilidade de enriquecer a compreensão historicista e variável da guerra e, portanto, remete à necessidade de compreender, em termos da reflexão acadêmica mais contemporânea, a ressignificação do conceito de guerra absoluta.

É diante disso que esta pesquisa procura refletir sobre a interpretação que o conceito de guerra absoluta pode assumir a partir da utilização de armas nucleares na conjuntura atual, uma vez que o advento dessas armas consiste em uma aproximação aos parâmetros da guerra absoluta de Clausewitz, tal qual observado pelo general em sua época. Originariamente, um conceito abstrato que permitia somente aproximações com os fatos históricos passou a conter o significado de uma onipresente estratégia do suicídio em um mundo repleto de armas nucleares. Para além da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, o legado de um mundo rico em armamentos nucleares, enseja a atualidade da discussão das possibilidades históricas de ressignificação da categoria clausewitziana de guerra absoluta, bem como o seu raciocínio da escalada aos extremos na manifestação do fenômeno bélico.

Portanto, considerando a capacidade de atualização da teoria, indicada pelo próprio general, busca-se testar a seguinte hipótese: a despeito de a guerra absoluta ser originariamente formulada como um conceito abstrato segundo Clausewitz, e em seu dizer, ser uma verdadeira “fantasia lógica”, como a historicidade da sua abordagem da guerra, isto é, a sua adequação às diferentes conjunturas históricas, permite estabelecer uma relação e uma reinterpretação plausível com a literatura contemporânea sobre o tema. Da mesma forma, procura-se avaliar essa relação entre a guerra absoluta e a Era Nuclear na literatura que aborda tal perspectiva.

## 2 CLAUSEWITZ E A GUERRA

Os estudos do general Carl von Clausewitz são, até os dias atuais, de grande importância sobretudo quanto à relação da guerra com a política. A sua obra póstuma, “Da Guerra”, é inacabada, mas contém o seu principal objetivo em propor uma análise teórica da guerra com base na sua experiência, enquanto soldado durante a Revolução Francesa, e nos acontecimentos históricos, assim como também expõe elementos que fossem naturais da guerra.

Dessa forma, o autor acredita que cada época tem suas peculiaridades e condições próprias que devem ser consideradas, afinal, os próprios Estados são o resultado de um contexto passado e atual específico. A guerra tem uma conexão com a conjuntura, uma vez que até mesmo o emprego da violência depende das condições políticas, sociais e econômicas dos Estados. E, ainda assim, toda esta realidade está sujeita a novas alterações. Segundo Clausewitz (s.d.: p. 168) “nem pode a teoria de guerra ser aplicada ao

<sup>3</sup> Tal interpretação de Clausewitz se tornou dominante a partir da apropriação vulgarizada de seu pensamento por Liddell Hart (1997).

conceito de lei para a ação, uma vez que nenhuma formulação impositiva suficientemente universal para merecer o nome de lei pode ser aplicada às constantes alterações e à diversidade dos fenômenos da guerra”.

Sendo assim, Clausewitz sugeria que cada era também tivesse a sua própria teoria de guerra e que está não fosse um manual de como agir e sim um auxílio na capacidade de julgar. Posto isso, é importante compreender que “Da Guerra” deve também ser situada no contexto em que foi escrita e sob as condições culturais em que o autor estava imerso. Portanto, representa uma resposta às observâncias do general nas guerras em que vivenciou. É sob essa concepção que o autor aponta a possibilidade de atualização da sua obra. (BRODIE, s.d.a: p. 49-50; PARET, s.d.: p. 05; STRACHAN, 2008: p. 35-36)

A experiência de Clausewitz sobre guerra era muito densa e difusa: de 1792 a 1815, o autor prussiano esteve presente nas batalhas da Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas. Seu pai foi oficial de baixa patente durante sete anos enquanto Clausewitz ainda era criança e desde pequeno esteve envolvido com a área militar. Aos 12 anos de idade, já estava lutando batalhas em trincheiras sitiando Mainz. Além da sua experiência prática, o general foi um intelectual de sua época. (STRACHAN, 2008: p. 33, 37, 41)

Esse contexto permitiu ao general traçar importantes considerações sobre guerra e política. Em uma observância mais ampla, a guerra, segundo o autor, trata-se de “um duelo em larga escala”, na qual se tenciona, pelo uso da força, alcançar a submissão do oponente. Entretanto, diante da devoção francesa no envolvimento com a guerra durante o período, Clausewitz pode perceber uma grande mobilização do povo, ao invés de governos e exércitos como o habitual até então, de modo a perceber que a participação da população era sustentada por um fim político e visava a derrubada do inimigo. (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 75)

Tal elucidação levou à idealização de sua máxima de que a “guerra é a continuação da política por outros meios”. Isso significa dizer que “a guerra é apenas uma extensão da atividade política; que ela não é de modo algum autônoma.” (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 717) Desse modo, o uso da força é um instrumento utilizado pela política e que - ainda que esta não tenha sido sistematicamente definida - a política apresenta um nexos com a guerra, quanto “à destruição, submissão e desarmamento do inimigo, conquista de territórios e objetivos limitados, além da Inteligência personificada da direção de um Estado” (PASSOS, 2014: p.27) Ou seja, todo o empreendimento e condução das operações militares ocorrem submetidos à política de forma que o planejamento e o caráter da guerra sejam determinados pela política. (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 719)

Ao considerar, então, que as guerras apresentam um nexos com a conjuntura política e isso também as fazem ser atos de política, é fundamental que se tenha preciso os objetivos políticos que se deseja alcançar, bem como definido claramente o adversário. Isso é importante, pois, ainda que a gramática<sup>4</sup> da guerra, o modo de ser concebido o combate, seja diferente em cada situação, a lógica de fazer o inimigo ceder a sua vontade permanece a mesma. Desse modo, “o propósito político é a meta, a guerra é o meio de atingi-lo, e o meio nunca deve ser considerado isoladamente do seu propósito.” (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 91)

E quanto aos meios e aos fins, Clausewitz define que a tática e a estratégia, ainda que sejam relacionadas, possuem sentidos diferentes. A tática ensina o emprego das forças no combate de forma isolada, enquanto que a estratégia está relacionada com a sua “*utilização* dos engajamentos para atingir o propósito da guerra.” (CLAUSEWITZ, s.d.: p.138) Em outras palavras, a primeira visa a vitória, enquanto que a segunda visa, o próprio fim da guerra. Com isso, “o propósito político - a razão inicial para a guerra - determinará assim, tanto o propósito militar a ser atingido como a intensidade do esforço que ele exige.” (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 82)

---

<sup>4</sup> Segundo Passos (2014, p: 40-41), a acepção de gramática para Clausewitz corresponde às peculiaridades e às regras da guerra – ligadas à violência - que não são, em todos os casos, próprias da política. Esse conjunto de “leis isoladas da guerra” estaria no plano teórico e também poderia estar presente na guerra quando esta se aproximasse dos extremos.

Ainda que a política e o governo sejam pontos centrais na teoria de Clausewitz, há outras forças que atuam no interior de uma guerra. Essas forças foram denominadas de trindade paradoxal: violência, ódio e inimizade que são provenientes do povo, *Volk*; o jogo de acasos e imprevisibilidade, em que corresponde ao comandante a ao seu exército; e, o terceiro diz respeito à política, representando o governo, *Staat*.

As paixões que serão inflamadas na guerra já devem ser inerentes às pessoas. A liberdade de ação que o jogo de coragem e talento desfrutará na esfera da probabilidade e do acaso dependerá do caráter específico do comandante e do exército, mas os propósitos políticos são apenas um assunto do governo. (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 93)

Desse modo, o exército, o governo ou população, ainda que empenhados, representam sozinhos apenas um pilar da tríade, de forma que se as três forças – forças armadas, governo e povo - não estiverem juntamente envolvidas, o empreendimento não consegue se manter. (STRACHAN, 2008: p. 08)

Clausewitz observou também que as guerras napoleônicas e a Revolução Francesa representavam, além de uma inovação no que tange a participação do povo e a motivação psicológica, uma forte mobilização de recursos em batalhas decisivas em uma intensa manifestação da violência. Esse cenário permitiu ao autor identificar que a guerra não é um fenômeno unitário e poderiam ser considerados dois tipos distintos de guerra: a guerra real e a guerra absoluta. (STRACHAN, 2008: p. 78-79)

## 2.1 A Dualidade da Guerra

Clausewitz pode estabelecer, então, duas concepções distintas sobre a guerra: a real e a absoluta. Em termos mais amplos, a guerra real corresponde àquela que existe em toda a sua complexidade, isto é, suscetível às probabilidades, acasos e imprevistos, enquanto que a guerra absoluta trata-se de uma fantasia lógica, elaborada em termos extremos e abstratos. Ambas as conceituações merecem destaque para a compreensão do tema proposto.

A guerra real é submetida à ação política de forma que a sua manifestação de violência se dá variavelmente na intensidade, velocidade e intervalos que forem suficientes, isto é, consiste em um nível mais brando de violência e hostilidade. Assim ocorre, pois a

(...) guerra deve ser muitas vezes (na realidade, poderíamos dizer hoje *normalmente*) concebida como sendo um todo orgânico cujas partes não podem ser separadas, de modo que cada ação individual contribua para o todo e que estas próprias ações têm origem no conceito central, será então perfeitamente claro e certo que o melhor ponto de vista para a condução da guerra, o ponto de vista que determina as suas principais linhas de ação, só pode ser o da política. (CLAU-SEWITZ, s.d.: p. 720)

Portanto, é a política que conduz a guerra. O combate, por exemplo, não é necessariamente contínuo durante a guerra. O confronto é por vezes suspenso por períodos de observação entre os lados que ficam na defensiva. (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 248) Na guerra real, os movimentos bélicos serão submetidos às necessidades e aos objetivos políticos.

Outra questão fundamental na complexidade das guerras reais diz respeito à fricção, que são as dificuldades, acasos e imprevistos, derivados da própria realidade, que ocorrem nas guerras e que as diferem de um plano teórico: “inúmeros incidentes de pequena importância - do tipo que você nunca pode realmente prever - combinam-se para reduzir o nível geral de desempenho, de modo que ficamos sempre aquém da meta desejada”. Clausewitz enfatiza que as guerras reais são dotadas de particularidades que fogem de esquematismos e modelos de guerra, bem como a existência de constantes eventualidades que falseiam a possibilidade de se conduzir a mesma segundo um determinado método matemático.

Portanto, esses fatores imprevisíveis conseguem “mais ou menos” distinguir a guerra real de uma guerra perfeita, ideal, abstrata. (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 92 e 131; STRACHAN, 2008: p. 150)

Essa capacidade de mutação da guerra, devido a sua variabilidade histórica e certa capacidade de adaptação de suas características em determinadas circunstâncias, é expressa no capítulo 28 do Livro I na seguinte comparação: “a guerra é mais do que um verdadeiro camaleão”. (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 92) Ou seja, a guerra passa por frequentes obstáculos e particularidades – fricção – que necessitam da sua adaptação, transformação, diante da característica da imprecisão.

E as guerras, segundo Clausewitz (s.d.: p. 75), correspondem a um duelo em larga escala, de maneira que os oponentes se esforçam, pela força física, a fazer com que o outro ceda à sua vontade e se torne incapaz de resistir: “A guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade”. Desse modo, o objetivo imediato é derrubar o inimigo.

Mas, se o propósito é desarmar o inimigo, é dado que a ação será recíproca de forma que se um dos lados intensificar os seus esforços para superar o outro, este também responderá com esforços tão significativos quanto for possível. A busca pela superação em relação ao outro leva aos ataques recíprocos de maior intensidade, resultando ao que o general propunha, em tese, aos extremos, mas que, na realidade, era contida pela fricção, assim como pelos próprios interesses políticos. (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 77)

Desse modo, a guerra real poderia ir aos seus extremos, se

(...) (a) a guerra fosse um ato totalmente isolado, ocorrendo subitamente, e não sendo produzido por fatos anteriores ocorridos no mundo político; (b) se ela consistisse num único ato decisivo, ou num conjunto de atos simultâneos; (c) se a decisão obtida fosse completa e perfeita por si mesma, não sendo influenciada por qualquer avaliação prévia da situação política que acarretaria. (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 79)

Nesse sentido, a relação entre a guerra real e a “guerra no papel” se dá, na teoria, a partir da escalada aos extremos no desejo de sobrepor a sua vontade ao outro, isto é, no momento em que a política é diminuída no sentido de regular o uso da violência e as forças são levadas ao extremo. (CLAUSEWITZ, s.d.) Mas que, segundo Aron (1986a: p. 341): “a diversidade das guerras, o contraste entre a guerra absoluta e a guerra real, é e permanece sendo o da relação entre as ideias (ou conceitos, ou noções) por um lado, a realidade concreta, histórica, por outro”.

## 2.2 Guerra Absoluta

Da observação de Clausewitz (s.d.) das guerras napoleônicas, o general pode perceber uma nova dimensão de guerra, de forma que correspondia a uma originalidade. A partir disso, o autor de “Da Guerra” elaborou o conceito de guerra absoluta, que se trata de uma concepção teórica de guerra em perspectiva extrema, pura e perfeita. É importante destacar que o autor tinha intenção de melhor desenvolver o conceito de guerra absoluta em um nono livro, mas que não chegou a ser feito. (STRACHAN, 2008: p. 71)

As guerras travadas na França napoleônica apontavam ser uma aproximação com a guerra absoluta diante sua intensidade, uma vez que a condução das batalhas se dava de modo intenso até a rendição do inimigo, priorizando-se a batalha decisiva em contexto de enorme mobilização da sociedade francesa, recursos, conscrição e superioridade em termos de motivação psicológica (nos sentidos clausewitzianos, o aspecto moral das tropas). Nesse sentido, a guerra aproximou-se da sua natureza real, rumo à sua forma absoluta (CLAUSEWITZ, s.d.; STRACHAN, 2008, p. 148).

É importante destacar que a obra de Clausewitz não pode ser totalmente revista e, por isso, é possível identificar algumas modificações. É sabido que o capítulo I do livro I foi revisado pelo autor, segundo Aron (1986b: p. 103-4): “O capítulo I do livro I ganha do resto do livro pelo rigor da análise,

pela perfeição da forma. Ele nos permite imaginar o que teria sido a obra se o escritor tivesse continuado seu trabalho alguns anos mais”. Dessa forma, Strachan (2008: p. 146) observa que o termo absoluto não foi desenvolvido em nenhum dos primeiros escritos do general. No Livro VI, capítulo XV, Clausewitz utiliza o termo absoluto no sentido pertencente ao mundo real, todavia, ao retomar ao livro I, a guerra torna-se uma abstração, na qual todas as guerras poderiam ser medidas, e, assim, o adjetivo *absolut* passa a ser utilizado, como revela no sexto parágrafo do livro I, capítulo I, como um substantivo, *das Absolute*.

Portanto, a guerra absoluta conceituada pelo general em sua concepção mais madura corresponde a uma forma abstrata de guerra, uma fantasia lógica, “impregnada pela ânsia de uma decisão” (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 579) em que o uso da violência leva a três pontos extremos, conhecida como lei dos extremos: a ação recíproca de ataques; o objetivo de eliminar o inimigo; e, por último, o emprego máximo de esforços.

O primeiro caso de extremo diz respeito à tentativa de ambos os lados em constranger o inimigo, levando, em teoria, o conflito ao seu extremo, e, considerando a irracionalidade lógica, atingindo a destruição mútua. Isso ocorreria diante das constantes tentativas de superação por ambos os lados em que cada ação seria dada com esforços maiores do que os anteriores. Na observação do autor,

A tese deve ser repetida, portanto: a guerra é um ato de força e não existe qualquer limite lógico para o emprego desta força. Cada lado obriga, portanto, o seu oponente a fazer o mesmo que ele. Tem início uma ação recíproca que deverá, em tese, levar a extremos. Este é o *primeiro caso de interação e o primeiro “extremo”* com que nos deparamos. (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 77)

Na guerra absoluta, os beligerantes compartilham da mesma opinião – são ambos mutuamente destruidores, dando procedimento à escalada contínua de ações recíprocas de violência – e sem interrupções – levando ao ímpeto extremo de compelir o oponente ante todas as coisas. (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 686)

O segundo ponto da lei dos extremos diz respeito à necessidade de derrotar o inimigo de forma definitiva, o que significa acabar totalmente com as forças armadas oponentes, ou pelo menos, com a sua capacidade de lutar, pois, conforme reflexão de Clausewitz (s.d.: p.78): “enquanto eu não tiver derrotado o meu oponente, estarei fadado a temer que ele possa me derrotar. Assim, não estou no controle da situação”. Portanto, diz respeito ao objetivo imediato da guerra.

Se na guerra real, há a concepção de ser esta somente um instrumento da política de forma a moldá-la suficientemente aos seus objetivos, na guerra absoluta a noção de desarmar o inimigo para que não seja capaz de reagir é levada a outra proporção. O parâmetro utilizado para esta é o aniquilamento do inimigo. Em *Da Guerra* (s.d.) é destacado nas batalhas francesas a grandiosidades dos ataques e contra-ataques que aniquilavam inapelavelmente o inimigo.

O último “extremo” diz respeito aos esforços empreendidos para se atingir a vitória:

Supondo que você chegue desta maneira a uma estimativa razoavelmente precisa do poder de resistência do inimigo, você pode ajustar os seus próprios esforços de acordo com ele, isto é, você pode intensificá-los até superar os do inimigo ou, se isto estiver além dos seus meios, tornar os seus esforços tão intensos quanto possível. Mas o inimigo fará o mesmo. Novamente isto resultará numa competição e, puramente em tese, ela deverá obrigar vocês dois a chegarem a extremos. Este é o *terceiro caso de interação e o terceiro “extremo”*. (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 78)

Para o general, “se você deseja sobrepujar o seu inimigo, deve combinar os seus esforços contra o seu poder de resistência, que pode ser expresso como o produto de dois fatores inseparáveis, isto é, a totalidade de meios à sua disposição e a força da sua determinação.” (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 78) O primeiro fator, os meios disponíveis, depende especialmente dos números e deve ser mensurável, enquanto que o outro corresponde a um fator subjetivo, ou seja, a força de determinação é mais complexa de ser definido, apenas pode ser suposta através do estímulo que a impulsiona.



Segundo Clausewitz (s.d.: p. 77), na guerra absoluta é imprescindível o uso máximo da violência de forma que “a guerra é um ato de força e não existe qualquer limite lógico para o emprego desta força”.

Diante disso, é importante “observar que enquanto a política é aparentemente ofuscada num determinado tipo de guerra, e apesar disto fortemente evidenciada em outro, os dois tipos são igualmente políticos.” (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 92) E, como explica Aron (1986a: p. 144), é a própria política que determina o caráter absoluto. Isso significa que ainda que a guerra seja uma ferramenta política, a (aproximação com a) guerra absoluta se caracteriza por um aparente afastamento desta premissa em direção ao propósito de destruição do inimigo, de forma que o escopo militar e político se coincidirão cada vez mais, tornando a guerra supostamente mais militar e menos política.

Fosse ela [a guerra] uma manifestação de violência total, livre de restrições e absoluta (como exigiria o seu conceito puro), usurpava por sua própria e independente vontade o lugar da política no momento em que esta fosse posta em vigor. Ela expulsaria a política das suas funções e dominaria de acordo com as leis da sua própria natureza, de maneira bem semelhante a uma mina que só pode explodir da maneira ou na direção predeterminada pela sua ajustagem. (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 90)

Sublinhe-se que o conceito de guerra absoluta de Clausewitz representa uma fantasia lógica que contempla aspectos extremos da guerra, a partir de uma dialética com a guerra real em que seu fim puro não é a guerra pela guerra. Ele representa um conceito teórico, visto que para o general, os homens e suas ações estão sempre “um pouco aquém da perfeição e nunca atingirão inteiramente o melhor absoluto” (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 79).

É importante acrescentar que o tom de Clausewitz na citação anterior é condicional. Afinal, a vinculação entre guerra e política é orgânica. Não há separação entre ambas em hipótese alguma e a guerra não é uma atividade autônoma em si própria. O trecho abaixo atesta isto:

Se pensarmos no Estado como se fosse uma pessoa, e na política como sendo o produto do seu cérebro, entre as contingências para as quais o Estado deve estar preparado está a guerra, na qual todos os elementos exigem que a política seja ofuscada pela violência. Somente se a política for vista, não como o resultado de uma correta avaliação dos acontecimentos, mas - como convencionalmente o é - como sendo cautelosa, tortuosa, até mesmo desonesta, afastando-se assustada da força, poderia o segundo tipo de guerra parecer ser mais “político” do que o primeiro (CLAUSEWITZ, s.d., p. 92).

Portanto, a guerra absoluta parece eclipsar a política ou mesmo afastá-la. Entretanto, nem mesmo na forma absoluta a política se desvencilha do fenômeno bélico. Para parafrasear Aron, autor a ser abordado a seguir, nem a lógica dos extremos faz sucumbir a inteligência política que guia a guerra.

### 3 A GUERRA ABSOLUTA E A ERA NUCLEAR

Clausewitz (s.d.), em sua obra “Da Guerra”, apontou a possibilidade de atualização da discussão sobre a guerra ante as distintas manifestações históricas e particularidades sem padrões e esquematismos para tal. Isso permitiu que, ao longo dos anos, diversos autores buscassem compreender diferentes períodos, tomando a teoria de Clausewitz como embasamento teórico.

No tocante a este trabalho, os estudos de Clausewitz, e mais fortemente a atenção para o conceito de guerra absoluta, tem sido mais uma vez discutida a partir do cenário de utilização de armamentos nucleares. A definição de Clausewitz quanto à guerra absoluta ser um espasmo único, instantâneo e de extrema violência que leva à submissão do oponente assemelhou-se ao uso prático de bombas atômicas, no fim da Segunda Guerra Mundial, em Hiroshima e Nagasaki. Esse novo mundo repleto por armas nucleares com a possibilidade de uma guerra nuclear, a qual levaria a um aniquilamento mútuo, claramente não

conduz à vitória em alcançar os objetivos políticos. Dessa forma, a utilização de armamento nuclear nesse contexto e o desenvolvimento dessas armas por mais países fomentaram estudiosos de Clausewitz a fazer uma releitura do pensamento do general.

Outra questão é que, durante os anos de Guerra Fria, algumas situações criaram maior instabilidade como no caso da Crise dos Mísseis em Cuba. Nesse período, foi fundamental a utilização da dissuasão militar nuclear e da diplomacia para evitar grandes catástrofes. Nesse sentido, a dissuasão dialoga também com a teoria de Clausewitz e vem a ser de suprema relevância.

Segundo Clausewitz, a defesa é superior ao ataque no sentido de que tem vantagens quanto ao tempo, mas isso não significa que se trata de uma espera passiva. A defesa resiste ao ataque ou o repele, de modo que somente deve ser empregada enquanto existir fragilidade, mas que como o ataque não pode se desenvolver integralmente com a mesma intensidade, no momento após o golpe, repelirá o atacante em contra-ataque. Entretanto, como aponta o autor, a defesa pode ser suficientemente sólida que leve a dissuadir o inimigo. (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 418, 537)

Nesse sentido, o domínio de armas nucleares permite a dissuasão do inimigo diante da possibilidade de usá-las de modo a contrapor o ímpeto de atacar. Portanto, se, em termos históricos, nos parâmetros utilizados por Clausewitz, percebe-se no contexto da Revolução Francesa a maior proximidade ao extremo, tal aproximação se torna incomparável no pós-Segunda Guerra Mundial com o início da era nuclear, no qual o extermínio tem o mesmo sentido de uma estratégia do suicídio. Visto isso, é de suma importância analisar a questão do armamentismo nuclear na atual conjuntura diante da perspectiva clausewitziana de guerra absoluta e nas contribuições da literatura acadêmica sobre o tema em pauta.

Esta sessão busca fluir sobre este tema a partir das contribuições de importantes interpretes de Clausewitz. São eles: Raymond Aron, Michael Howard, Hew Strachan, Bernard Brodie e Peter Paret. Estes são os mais importantes pesquisadores da geração de estudos clausewitzianos mais rigorosos dos anos 1970 e discorrem, em diferentes aspectos e dimensões, sobre o tema da era nuclear.

### 3.1 As considerações de Raymond Aron

Raymond Aron é um importante intérprete de Clausewitz e pode, através dos seus estudos, estabelecer uma relação entre a teoria do general com a conjuntura contemporânea. Em “Pensar a Guerra, Clausewitz” (1986a, b), composta por dois volumes, Aron expõe uma análise mais complexa e aperfeiçoada do pensamento do general.

Primeiramente, para que pudesse ser plausível a associação entre o conceito de guerra absoluta e a era nuclear, Aron refletiu sobre o pensamento de Clausewitz quanto a historicidade de seus conceitos de forma a que o levasse a propor um nexo da guerra absoluta de Clausewitz com a era nuclear.

Uma vez que “Da Guerra” (s.d.) nunca foi completamente acabado - no sentido de que o próprio autor só se manifesta como satisfeito com o primeiro capítulo do livro I (ARON, 1986a: p. 17) – Aron faz um estudo do pensamento do general e observa dois momentos na obra: o primeiro refere-se à interpretação inicial de Clausewitz a alguns temas; o outro corresponde a uma interpretação mais madura, desenvolvida principalmente nos últimos três últimos anos de sua vida, em que pode analisar com mais cuidado e compreender completamente a diferença entre conceito e realidade, e, portanto, a qualidade de fantasia, irrealidade, da guerra absoluta.

Aron destaca que a obra de Clausewitz é marcada por um

sistema conceitual [que] sugere múltiplas normas, mas a níveis e em função de argumentos diferentes; ora as normas resultam necessariamente dos conceitos ou dos princípios e apresentam uma verdade abstrata, ora se fundamentam na experiência histórica e não valem nada além desta experiência limitada, ora resultam de uma lógica de um tipo de guerra, da mesma maneira que,

em Montesquieu, certas leis resultam da natureza ou do princípio do tipo de governo. (ARON, 1986a: p. 23)

Dessa forma, Aron (1986) aponta que existe uma pluralidade de possíveis interpretações da obra do general tanto no seu tempo quanto na atual conjuntura, de forma que seja válida a proposição de analisar a teoria de Clausewitz em relação à era nuclear à medida que seja respeitada a diferença entre o que foi proposto pelo general, assim como toda a particularidade do momento, e os prolongamentos das interpretações posteriores que se mantiveram conservadas até atualmente:

(...) que a luta tome, em cada conjuntura histórica, uma forma própria, uma intensidade mais ou menos grande, em outras palavras, que a conjuntura histórica (ou política, se se preferir) leve consigo os traços da guerra, a ideia lhe parece evidente e, de resto, banal. (ARON, 1986a: p. 21)

O autor sustenta que a interpretação de Clausewitz nos termos atuais não consiste em uma “aplicação mecânica” dos conceitos propostos pelo general, “mas na fidelidade de um método”. Uma vez que a guerra é comparada a um camaleão devido ao sua capacidade adaptativa e, portanto, diferente de conjuntura para conjuntura, assim como complexa em cada uma dessas situações, cabe ao homem de Estado, ao governo, “determinar a natureza própria de tal guerra singular que lhe incube compreender ou conduzir”. (ARON, 1986b: p. 174)

Ademais, as armas nucleares não alteram a “lógica” da guerra, isto é, a de ser a guerra uma continuação da política, mas modificam notoriamente a “gramática”<sup>5</sup> da guerra, o modo de ser concebido o combate, a condução da guerra, pois, segundo Aron, a pluralidades das armas e a própria existência de armamento atômico tende a conduzir as guerras pelo menos no que tange ao máximo de violências abstratamente considerável. (ARON, 1986b: p. 173)

Segundo Aron, as armas nucleares nunca foram realmente experimentadas, mas sim testadas no cenário que deu fim à Segunda Guerra Mundial, uma vez que o sentido de combate exprime um ataque nuclear contra outra força nuclear, diferente do que ocorreu em 1945. (ARON, 1986b: p. 132) A destruição do oponente em termos nucleares escamoteou a discussão dos objetivos políticos, no sentido de que a rendição incondicional e o aniquilamento não podem ser caracterizados como tal.

Todavia, essas guerras que se aproximam da perfeição não são mais ou menos políticas do que as demais, de forma que o traço abstrato se configure a partir da própria política e o fato de serem separadas de suas causas e intenções representa uma dupla irrealidade. (ARON, 1986b: p. 143) Aron observa que

toda guerra, mesmo que fosse nuclear, permaneceria ligada à política de onde ela emana e aos fins em direção aos quais tende o político responsável mas, de modo diferente aos das outras guerras, legítimas em certas circunstâncias, a guerra termonuclear não é admissível enquanto meio; não seria racional utilizar armas de destruição massiva e é possível preservar a paz. Em outras palavras, a *Formule*<sup>6</sup> mantém sua verdade científica; os traços fenomenais da guerra nuclear possível sugerem princípios de ação específicos, isto é, a vontade de não travar a guerra. . (ARON, 1986b: p. 252)

a decisão pelas armas provém, então, da natureza abstrata da guerra, uma vez que, no mundo real, existe a diplomacia e outros caminhos. (ARON, 1986a: p. 167)

5 Segundo Passos (2014a, p: 40-41), a acepção de gramática para Clausewitz corresponde às peculiaridades e às regras da guerra – ligadas à violência – que não são, em todos os casos, próprias da política. Esse conjunto de “leis isoladas da guerra” estaria no plano teórico e também poderia estar presente na guerra quando esta se aproximasse dos extremos.

6 *Formule* é o termo em francês de Fórmula, utilizado por Aron para fazer alusão ao entendimento de que a guerra é a continuação da política por outros meios.

Da mesma forma, Aron observa que a bomba atômica aproxima-se ao caráter absoluto da guerra através da perspectiva de aniquilamento do oponente. É importante destacar que Clausewitz não previa a extermínio do povo, mas sim o aniquilamento das forças armadas, de forma a que o vencido se colocasse em posição de submissão e sem meios de réplica. (ARON, 1986b: p. 121)

Entretanto, os ataques em Hiroshima e Nagasaki remetiam a um aniquilamento que abrangia a população e não mais somente as forças armadas inimigas. No caso japonês a rendição veio mesmo sem atingir as forças armadas. (ARON, 1986b: p. 120)

A utilização destes armamentos previa a rendição incondicional do inimigo, o que corresponde em termos político a uma justificativa vaga e infundada. Bastava o bombardeio e a ameaça de bombardeio para que se pusessem na condição de subordinação. (ARON, 1986b: p. 135) Após 45, a lembrança do ocorrido em Hiroshima e Nagasaki era suficiente para difundir o medo.

Entretanto se o caso de 1945, em que foi o único momento de uso de armamento nuclear em guerra, representa um teste, para Aron, na teoria, o aniquilamento tem o mesmo sentido de uma estratégia do suicídio. A guerra absoluta representa, então, uma função praxeológica<sup>7</sup> das consequências de utilização dessas armas: “lembra a cada um dos adversários o perigo que ele corre caso o outro lhe imponha a lei dos extremos; talvez lembre também aos adversários o risco do suicídio comum”. (ARON, 1986b: p. 55)

Mas, segundo Aron, “é a política, e não as armas, que cria o perigo”. (ARON, 1986b: p. 235) É a política, portanto, que modera o caráter da guerra. Ao considerar a trindade da guerra

(...) o elemento guerreiro que acarreta a violência hiperbólica das guerras reais, o ódio e a hostilidade, inclina-se mais em direção ao povo, ao passo que as forças morais, mencionadas no segundo momento, o jogo da coragem no campo das probabilidades e do acaso, pertencem, antes de tudo, ao chefe de guerra. A ele é atribuída a livre atividade da alma, ao chefe de Estado a determinação dos fins, portanto a supremacia, já que a guerra deve obedecer à política assim como o instrumento ao operário ou o meio ao fim. (ARON, 1986a: p. 184)

Do ponto de vista de tal trindade definidora da guerra na acepção clausewitziana, a era nuclear pode levar a um “eclipse” da supremacia da política. Isto porque a centralidade do enfoque nos meios – os armamentos nucleares – priva o foco sobre a inteligência política da guerra. Pela ótica desta definição trinária, o elemento hostil e a livre alma criativa não seriam tão dotados de opções, em vista justamente do evidente resultado desastroso que marcaria um apocalipse nuclear.

Dessa forma, a política deve, acima de tudo, ser um atenuante do ódio e da livre alma (nos seus eventuais direcionamentos para um conflito nuclear) em vista do cenário da destruição do planeta. Acrescente-se ainda que toda discussão hipotética sobre cenários do referido apocalipse nuclear não guarda qualquer possível correspondência com a realidade em função dos motivos acima expostos. Ou seja, seriam meramente teóricos na medida em que uma destruição do planeta não ensejam argumentos factíveis sobre a própria sobrevivência humana no planeta.

Portanto, “a ação é substituída pela ameaça, a decisão pela dissuasão”. (ARON, 1986b: p. 131) O poder deste está justamente na incerteza do uso ou não da violência ilimitada, de forma que a prudência e a responsabilidade avaliam os possíveis meios de réplica e barram o ímpeto pelo ataque. (ARON, 1986b: p. 134) Segundo Aron (1986: p. 155b) a consequência disso não é o desarmamento ou redução dessas armas, mas uma cooperação entre adversários no estabelecimento da “paz armada”.

Dessa forma, Aron reformula a comparação de que Clausewitz se referia à guerra real a uma operação de compra efetuada a crédito em que o derramamento de sangue seria análogo ao pagamento dos créditos em dinheiro, dando um novo sentido: a guerra passa a ser uma operação de promissórias

<sup>7</sup> Praxeológico refere-se à praxeologia. Isto é, uma síntese de aspectos da teoria para a sua aplicação a um contexto prático específico na forma, por exemplo, de uma doutrina.

em crédito, na qual o seu pagamento se daria pela detonação de armas atômicas. Aron denomina esse contexto de “promissórias da dissuasão”. (ARON, 1986b: p. 131)

Sendo assim, a partir de então marcam-se dois movimentos: de ascensão ou subida em relação ao espasmo termonuclear e descida em direção à observação armada. (ARON, 1986b: p. 171) Segundo Aron, “a suspeita mantém a rivalidade de armamentos; o interesse comum freia a ascensão aos extremos e conduz novamente rumo à observação armada.” (ARON, 1986b: p. 122).

Mediante o exposto, o risco da escalada constitui um mecanismo da dissuasão, considerando a vontade comum dos oponentes de evitar a ascensão e o confronto nessas proporções. (ARON, 1986b: p. 168) Com isso, a dissuasão passa a ter um fim defensivo: impedir o ataque do oponente. (ARON, 1986b: p. 223)

Há indícios de que Aron não tenha em “Paz e Guerra entre as Nações” (2002) realizado um exame mais acurado e maduro do pensamento de Clausewitz, na medida em que o apresenta, entre outros pontos, como um entusiasta da violência da guerra e sua manifestação, como tal, grandiosa e terrível<sup>8</sup>. Neste sentido, segundo Aron, Clausewitz não se indignaria e nem se congratularia com isso. (ARON, 2002: p.72)

De uma concepção mais afeita aos ecos da leitura de Henri Basil Liddell Hart de Clausewitz como um apologeta da destruição expressa rapidamente em “Paz e Guerra entre as Nações” (ARON, 2002) ou um Mahdi<sup>9</sup> da mortandade das massas em termos de um choque frontal no campo de batalha já em registro crítico ao capitão britânico na análise mais tardia (ARON, 1986 a e b), Aron trilhou um caminho de refinamento analítico no tocante à guerra absoluta. O foco no componente historicista do método clausewitziano proporcionou a Aron o alcance da categoria em pauta (antes um mero recurso lógico) para aquilo que chamou de “promissórias da dissuasão”. Em sendo assim, a metáfora clausewitziana da comparação da guerra a uma operação de crédito em termos de uma promissória se coadunou perfeitamente com o caráter específico das ocorrências peculiares e, talvez, únicas das explosões nucleares de Hiroshima e Nagasaki. O emprego de tais meios em novos teatros de operações não passaria de um instrumento de dissuasão em face dos efeitos desastrosos que, poderiam em tese, privar os resultados de tal conflito de uma solução política. Afinal, se a política é também um dos elementos contingenciadores da escalada aos extremos que inclui a nova feição da guerra absoluta na Era Nuclear, a destruição planetária não seria, em princípio, uma opção política plausível.

### 3.2 As considerações de Michael Howard

Michael Howard é outro intérprete de Clausewitz pertinente a esta pesquisa. A sua tradução em conjunto com Peter Paret da obra “*Vom Krieg*” para o inglês é comumente referenciada como a melhor disponível<sup>10</sup>. O mesmo tem se debruçado sobre a vida e o pensamento de Clausewitz, mas, no que tange ao nexos da era nuclear e a teoria, a bibliografia é limitada.

Mais uma vez foi destacado na interpretação de Clausewitz o seu traço atemporal de teorizar a guerra, de forma que esta seja o produto das “idéias, emoções e condições predominantes no momento”

8 Ver a respeito CECÍLIO (2016).

9 Nome dado ao enviado de Alá, esperado para completar a obra de Maomé.

10 Sobre as excelentes qualidades da tradução de Howard e Paret para o inglês (inclusive para dirimir ambiguidades que são transmitidas até para os alemães nativos), consulte-se HONIG, 2007. O fato é que a tradução referida (CLAUSEWITZ, 1984), mesmo com seus limites é a melhor, conforme entrevista do Professor Jon Tetsuro Sumida. Conforme o professor em questão, em evento acadêmico sobre Clausewitz na Alemanha, os próprios alemães consideraram a tradução mencionada de Howard e Paret mais clara e com menos ambiguidades que a edição original (SUMIDA, 2011) para a compreensão do pensamento do general prussiano.

<sup>11</sup>. (HOWARD, 1983: p. 48) Isso permite que períodos diferentes também reflitam em tipos de guerras com particularidades e condições limitadoras distintas.

Howard (1983) reitera o aspecto da guerra absoluta como um conceito teórico, ideal, de forma que as guerras reais seriam configuradas como uma aproximação imperfeita desse tipo puro. As dificuldades de ser atingida se dariam no sentido de que não é possível empregar todos os recursos - as forças combatentes, os seus aliados e o país em todos seus aspectos físicos e população - ao mesmo tempo. No que cabe aos aspectos físicos estão inseridos forças imóveis: as fortificações, rios, montanhas etc, as quais são difíceis de serem mobilizadas como um todo. (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 80)

Se para Clausewitz as guerras napoleônicas representavam uma certa aproximação diante da mobilização de recursos e em especial da população, “do desencadeamento das paixões populares”<sup>12</sup> (HOWARD, 1983: p. 70), o general não poderia na sua época considerar um elemento que foi fundamental para a retomada interpretativa de sua teoria: a tecnologia.

Segundo Howard (1983), as armas nucleares representaram uma inovação tecnológica devido a sua capacidade, antes inconcebível, de destruição em massa que poderiam agora ser comparadas com a guerra absoluta de Clausewitz, saindo do cenário ideal platônico<sup>13</sup> para se tornar uma possibilidade física.

Mas se a guerra absoluta era na teoria restrita internamente pela fricção e externamente pelo propósito político, Howard destaca que o mesmo é válido para a era nuclear. (HOWARD, 1983: p. 70) Se Clausewitz afirmava a necessidade de se ter clareza sob os objetivos a serem alcançados, bem como a condução da guerra, isto passa a ser ainda mais importante nessa nova conjuntura, uma vez que, segundo Howard, “tornou-se quase impossível visualizar qualquer propósito político para o qual o emprego de tais armas pudesse ser adequado.” (HOWARD, s.d.: p. 45)

Clausewitz destacava o propósito político como “algo que, se suficientemente grandioso, permitiria ao comandante quebrar as barreiras da fraqueza humana que normalmente limitam as guerras”<sup>14</sup>. (HOWARD, 1983: p. 71) Na era nuclear, este objeto político deve ser mantido em mente a fim de que se submeta a limitações, pois tal capacidade destrutiva pode, se deixada por si só, atingir rapidamente um extremo de forma que, segundo Howard, nem mesmo o general prussiano concebeu.

Ao considerar o combate, a teoria indica que os inimigos tentariam constantemente se sobrepor ao outro. Nos parâmetros da atual conjuntura, nenhum objetivo político se faz fortemente suficiente para que haja um ataque e revidação nuclear que compense a devastação, sendo, portanto, parafraseado por Clausewitz (apud HOWARD, 1983: p. 71) “um custo altamente inaceitável”<sup>15</sup>.

Dessa situação, tem-se a chamada dissuasão nuclear, a qual consiste em medir os efeitos dos engajamentos não executados e assim impor ao inimigo uma limitação aos propósitos políticos, que ele buscaria alcançar através dos meios militares, e aos próprios meios. Sendo assim, a dissuasão representa uma significativa importância por refrear os impulsos de ataque tendo o mesmo efeito quanto aos engajamentos travados. (HOWARD, 1983: p. 72)

A última reflexão trazida por Howard diz respeito ao controle territorial. Segundo o autor, o general afirma que: “em qualquer conflito internacional, o objetivo político imediato provavelmente será o controle do território”<sup>16</sup> (HOWARD, 1983: p. 71-72) Mesmo que a guerra não surja devido a isso, o

<sup>11</sup> Tradução nossa de “the ideas, the emotions and conditions prevailing at the time” (HOWARD, 1983: p. 48).

<sup>12</sup> Tradução nossa de “through the unchaining of popular passions.” (HOWARD, 1983: p. 70)

<sup>13</sup> No sentido de “ideal”.

<sup>14</sup> Tradução nossa de “something which, if sufficiently grandiose, would enable the commander to break through the barriers of human weakness that normally limited war”. (HOWARD, s.d.: p. 71)

<sup>15</sup> No original “na unacceptably high cost”. (HOWARD, 1983: p. 71)

<sup>16</sup> Tradução nossa de “In any international conflict the immediate political object is likely to be the control of territory”. (HOWARD, 1983: p. 71-72)

elemento territorial aparecerá possivelmente e, conseqüentemente, o povo. Este, segundo Howard, é cada vez menos propenso a se fazer aceitar decisões contra a sua vontade, no sentido de que se o povo não estiver disposto a concordar com uma conquista estrangeira, dificilmente ela será mantida.

Busque-se uma rápida avaliação além do escopo escrito por Howard. Como estabelecer o nexo disto com o temário nuclear? Teriam os episódios de Hiroshima e Nagasaki assegurado automaticamente o controle territorial no contexto do conflito mencionado? É possível estabelecer uma ligação direta entre o lançamento de um artefato nuclear por um vetor (aeronave, míssil, foguete, drone) com o controle territorial? O dinamismo histórico e a miríade de possibilidades que tais indagações suscitam não permitem uma resposta absolutamente conclusiva. A título de exemplificação concreta e específica, os acontecimentos que se sucederam aos bombardeios do Enola Gay<sup>17</sup> não implicaram imediatamente na rendição incondicional, bem como na ocupação e controle efetivos do território nipônico.

Estes elementos remetem a trindade paradoxal de Clausewitz e preveem uma relação entre povo, exercito e governo que deve ser ponto inicial para qualquer pesquisador sobre os temas estratégicos contemporâneos. Reforçando a perspectiva historicista que marca a abordagem clausewitziana, não se deve perder de vista que a definição de guerra constante em tal trindade coloca em evidência tendências relevantes que certamente terão nuances particulares no que se refere à aplicação da categoria de guerra absoluta.

Talvez em função da enorme ênfase na escalada da observação nuclear consubstanciada no proliferação sem limites de artefatos atômicos, boa parte da discussão privilegie os meios sem colocar em realce a finalidade política. O nexo da política com o entendimento da guerra na definição trinitária enseja justamente o que Clausewitz mencionou como um entendimento em termos de um fenômeno total. Ou seja, a aplicação e “tradução” histórica de Clausewitz no âmbito da Era Nuclear demanda necessariamente uma visão histórica mais abrangente, com vários nexos tomando por base aqueles sugeridos pela definição trinitária.

### 3.3 As considerações de Hew Strachan

Hew Strachan é professor de História Militar na Universidade de Oxford e autor de várias obras sobre Guerra e Clausewitz. Em “Sobre a Guerra de Clausewitz” (STRACHAN, 2008) o autor faz uma biografia do general prussiano e traça algumas considerações que envolvem a releitura do pensamento do mesmo no período contemporâneo.

Assim como os demais autores apresentados, Strachan (2008: p.32) enfatiza a capacidade de adaptação do pensamento de Clausewitz em diferentes épocas de modo a enfatizar que o general foi lido de maneiras diversas por cada geração e cabe a tarefa de respeitar o próprio contexto em que “Da Guerra” foi escrito.

Com a tradução, em 1976, por Michael Howard e Peter Paret, a obra teve grande repercussão, pois se no tempo de Clausewitz, as guerras napoleônicas desempenhavam uma situação de ameaça em transformar um cenário abstrato em realidade, o mesmo se dava, então, com o advento das armas nucleares, de modo a considerar, principalmente, o conceito de guerra absoluta à ideia de uma troca nuclear total. (STRACHAN, 2008, p.145)

Strachan (2008: p. 150-151) reforça que, segundo Clausewitz, a natureza da guerra é avançar aos extremos no sentido à perfeição absoluta e, nisto, no princípio da escalada, é que consiste a “intimidação nuclear graduada” desenvolvida por teóricos norte-americanos no começo da década de 60. Ainda assim, é importante destacar que nem todas as guerras são progressivamente mais intensas e isso relaciona-se ao

---

17 Nome do avião bombardeio que lançou os artefatos atômicos.

que Clausewitz chama de fricção<sup>18</sup>, isto é, os acasos que impedem a guerra a chegar ao seu modo absoluto, mesmo que conduzida por um “Deus da guerra”.

De forma genérica, o autor discute que a guerra é feita pelo conflito entre oponentes dotados de suas respectivas trindades (Povo, Exército e Governo) e é esse encontro que gera o contexto de escalada e fricção. Decerto, “onde a política é lançada contra a paixão, onde a hostilidade expulsa a racionalidade, as características da própria guerra podem subordinar e usurpar os atributos da ‘trindade’”. (STRACHAN, 2008: p. 176) No caso da era nuclear, da possibilidade de uma guerra com uma resposta maciça em bombas atômicas, demonstra-se uma irracionalidade de autodestruição que é freada, não em termos tecnológicos, mas pelo controle político da violência da guerra, pela ênfase na razão e na moral.

Ao observar a definição clássica de Clausewitz de que a guerra é guiada por razões políticas e racionais, é, então, sabido que os Estados têm a responsabilidade moral de controlar e administrar o uso da violência das forças armadas. Sendo assim, a era das armas nucleares reafirma tal situação: o domínio de tais armas não derruba as normas do Estado de controlar o uso da força, mas sim as consolidam, uma vez que eles passam a ter o monopólio da violência à sua disposição para que, assim, possa dissuadir ou persuadir seus oponentes através da manipulação do risco de utilização dessas armas. (STRACHAN, 2006: p.06)

Essa ameaça do uso da força na forma de uma guerra nuclear é reconhecida depois de 1945 como uma estratégia, a qual, segundo Clausewitz, é o uso da batalha para os propósitos da guerra, ou melhor, “é o uso de um engajamento para atingir o propósito da guerra” (CLAUSEWITZ, s. d.: p. 199). Strachan (2007a, p. 02, 06) observa que no período de Clausewitz e das guerras do século XIX, a estratégia emanava da esfera dos generais e comandantes. Todavia, na atualidade, a estratégia tem sido muitas vezes empregada como sinônimo de política e por políticos.

Dessa forma, na era nuclear, a estratégia agora seria aplicada tanto na guerra como na paz, isto é, utilizar-se-ia a dissuasão dessas armas para impedir a própria eclosão da guerra em vez de defendê-la. Nesse contexto, o caso de uma guerra existencial pela sobrevivência nacional seria muito mais destruidor do que foram as guerras mundiais e, portanto, se uma nação está lutando pela sua existência, sua política nacional é a própria guerra. (STRACHAN, 2007a: p.08)

Strachan passa a buscar compreender o que difere ao longo do tempo que distingue as guerras do passado para as guerras nessa conjuntura de armas nucleares e a resposta para isso é o próprio desenvolvimento da tecnologia, e mais do que isso, é a capacidade do Estado agora mobilizar essas armas de destruição massiva. (THE... 2012) Sendo assim, com o desenvolvimento da tecnologia e o possível uso da retaliação com armamentos nucleares, dissipou uma incerteza sobre os rumos da guerra: “a capacidade para uma destruição massiva deu ao conceito de guerra absoluta o potencial de realização, aumentando a pressão para assegurar que continuasse a ser uma construção ideal”<sup>19</sup>. (STRACHAN, 2007b: p. 32)

No fim na Segunda Guerra Mundial, em declaração em 1946, Josef Stalin considerava Clausewitz ultrapassado, uma vez que este estava envolvido na era das manufaturas, enquanto que o presente se dava entre máquinas de guerra. Dez anos mais tarde, já com Nikita Krushev no poder, o pensamento de Clausewitz voltou a ter atenção pelos escritores militares soviéticos que sustentavam que o cenário de guerra nuclear não representaria uma “continuação da política por outros meios”, mas sim na autodestruição total da civilização. (STRACHAN, 2008: p.11, 28, 29)

Dessa forma, Strachan argumenta que (2008: p. 28-29), “havia uma cisão implícita entre o pensamento estratégico, que incorporava armas nucleares à doutrina militar dominante, e a política

18 Na obra *Sobre a Guerra* (2008), o termo fricção é traduzido para o português como atrito, mas refere-se ao conceito clauswitziano de fricção.

19 Tradução nossa de “Their capacity for massive destruction gave the concept of absolute war the potential for realization while increasing the pressure to ensure that it remained an ideal construct.” (STRACHAN, 2007b, p. 32)



soviética, que reconhecia que seus efeitos destrutivos podiam exceder qualquer ganho político”. A Guerra nesse período não poderia, então, realizar os objetivos políticos, mas a posse da capacidade destrutiva e o poder da dissuasão cumpriu mais eficientemente o objetivo do que a guerra em si. Travada a irracionalidade da Guerra, “a intimidação nuclear deu à ameaça de guerra, e não à própria guerra, uma utilidade política, e assim pôde ser tratada em termos clausewitzianos” (STRACHAN, 2008: p. 29).

Portanto, ainda que Hew Strachan critique a obra de Clausewitz em vários aspectos, o mesmo reconhece que se trata de “uma obra em andamento” e que mesmo que esteja inacabada, faltando inclusive um espaço que seria dedicado a guerra absoluta, ela traz importantes contribuições para o entendimento da guerra em diferentes épocas.

Com isso, a contribuição de Hew Strachan ao debate da teoria de Clausewitz na era nuclear reforça mais uma vez a irracionalidade da guerra nesse período e como a capacidade de dissuasão suscita em maior proficuidade à política. Ademais, o pensamento de Strachan introduz um dos três pontos da lei dos extremos – o princípio de escalada – e o nexos com essa nova era – intimidação nuclear escalada - que é fundamental para analisar como o conceito de Guerra Absoluta tem se aproximado da realidade.

Fugindo à formulação de Strachan com o objetivo de avaliar sumariamente a sua contribuição, foi possível verificar que o ex-general de brigada escocês sustenta haver uma diferença entre guerra na acepção clausewitziana e a ameaça de guerra no que tange à discussão do uso do armamento nuclear. Retomando a perspectiva clausewitziana de que as guerras podem variar na sua intensidade desde a observação armada até as guerras de extermínio (CLAUSEWITZ, s.d.: p. 83), a proliferação nuclear parece, no mínimo, guardar uma enorme semelhança com a referida observação armada.

Ademais, a própria caracterização de Aron do processo de proliferação nuclear como as “promissórias da dissuasão” parecem autorizar tal interpretação. Assim, pergunta-se: é acurado o que Strachan chama de “ameaça de guerra” como um raciocínio fora do escopo conceitual de guerra de Clausewitz? A resposta aqui sugerida é negativa. Strachan parece restringir a discussão de guerra à perspectiva da manifestação efetiva da violência. Ele parece perder de vista o conjunto de inúmeras possibilidades que a própria observação armada e o nexos dialético entre guerra e paz enseja na formulação clausewitziana. Corre-se o risco de extrapolar um pouco o objeto deste trabalho, mas tal digressão é necessária. Por outras palavras, parafraseando Henri Lefebvre (1969: p. 270), não existe uma relação de continuidade e descontinuidade absoluta na nexos entre guerra e paz no pensamento de Clausewitz. A partir disto, raciocínio semelhante pode ser empreendido no sentido de que não há continuidade ou descontinuidade absoluta no que diz respeito à manifestação efetiva da violência na Era Nuclear e a onipresente ameaça de um apocalipse atômico no contexto da proliferação dos artefatos resultantes da fissura dos átomos.

### 3.4 As considerações de Bernard Brodie

Bernard Brodie é sem dúvida alguma o estudioso de Clausewitz que mais se dedicou aos temas nucleares. Duas das suas principais obras “*War and Politics*” (1973) e “*Strategy in the Missile Age*” (1959) estão presentes nesse texto, assim como outras pertinentes ao tema.

Pode ser possível, perguntará ele [o leitor], que um livro escrito há um século e meio, e sobre guerra, veja só, valha realmente o seu tempo? Esta pergunta surgiria mesmo que as armas nucleares não tivessem jamais sido inventadas, mas estas armas parecem realmente criar um universo totalmente novo. (BRODIE, s.d.a, p. 52)

A obra de Clausewitz, segundo Brodie (s.d.,a.: p. 54-55), se faz tão pertinente no contexto de armas nucleares quanto a maior parte da literatura sobre o tema, uma vez que a obra do general pauta a guerra com profundidade e a analisa a partir da orientação dos propósitos políticos, enquanto que alguns

livros contemporâneos perdem totalmente essa prerrogativa e utilizam de argumentos obsoletos ou vagos para analisar essa situação.

É interessante observar que em outros campos de pensamento intelectual, as obras de escritores mais antigos acabam tornando-se ultrapassadas por serem assimiladas em outras, ou então, refutadas. Em contra partida, é no pensamento de Clausewitz que diversos outros autores recorrem, devido aos seus estudos analíticos acompanhados de um embasamento histórico. (BRODIE, s.d.a: p. 55)

A Guerra para Clausewitz é composta por algumas características essenciais que remetem à natureza complexa da guerra e são diferentes de qualquer outra coisa, de modo que ainda que esta seja comparada a um camaleão pelo general – diante da sua capacidade de adaptação às diferentes circunstâncias-, alguns elementos são fundamentais. (BRODIE, s.d., a: p. 59) De toda forma, é extremamente relevante para a compreensão da conjuntura atual a obra de Clausewitz, ainda que seja necessário respeitar que mesmo sendo basicamente uma obra atemporal, o general é produto de sua época e cultura. (s.d., a: p. 49)

Segundo Brodie (1946: p. 81), a concepção máxima de Clausewitz em ser a guerra a continuação da política por outros meios é extremamente relevante para se discutir a teoria do general na perspectiva atual, pois mesmo entre mudanças tecnológicas, a guerra permanece como um “instrumento da política”. O autor ressalta que ir à guerra com o fim de vencer ou de se alcançar os objetivos políticos é apenas uma questão de quem está conduzindo a guerra: o soldado ou os políticos; de modo que o soldado tem como pressuposto a vitória sobre qualquer custo e possibilidade, enquanto que os políticos devem ter no horizonte a conquista dos objetivos políticos utilizando a guerra como uma ferramenta para tal. (BRODIE, 1973: p. 38, 46)

Essa discussão remete à ideia de que “toda guerra moderna deve ser guerra total” (BRODIE, 1973: p.392), - isto é, em que haveria a mobilização total de recursos - difundida do empreendimento derivado da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, como ressalta Brodie (1959: p. 53), é de suma importância que se tenha claro os objetivos a serem alcançados na guerra. Os episódios ocorridos em Hiroshima e Nagasaki em 1945 revelaram ao mundo o perigo que a humanidade havia desenvolvido para si. (BRODIE, 1973: p. 376)

A ausência de restrições ao uso da força, tal qual Clausewitz identificava na sua época com as guerras napoleônicas e considerava o evento uma aproximação ao seu conceito de guerra absoluta, também pode ser visto com o advento das armas nucleares. Uma das obras mais relevantes de Brodie é denominada de “*The Absolute Weapon*” (BRODIE, 1946), fazendo uma alusão às armas nucleares ao caráter absoluto desenvolvido por Clausewitz.

O desenvolvimento da tecnologia trouxe, além da sua maior capacidade destrutiva, importantes variações na característica da guerra, isto é, mesmo mudanças marginais em máquinas utilizadas na guerra podem afetar não somente o manuseio da mesma, como o próprio conceito estratégico. (BRODIE, 1949: p. 471) O advento de armas nucleares representou efeitos não apenas táticos, mas basicamente estratégico. (BRODIE, 1959, p. V) Na definição de Clausewitz (s.d.: p. 138), “... a tática ensina *o emprego das forças armadas no engajamento*. A estratégia, *a utilização dos engajamentos para atingir o propósito da guerra*”. A estratégia agora é a própria dissuasão das armas nucleares. (BRODIE, 1959: p. 325)

A dissuasão coloca no horizonte não mais a preocupação sobre quem vai ganhar a próxima guerra ou qual arma poderia ser inserida para superar a do oponente, a partir de agora, o principal objetivo é evitar a própria guerra, ou seja, encontrar uma solução que não seja pela via militar, pois a vitória, nesse contexto, passa a ter outro sentido (BRODIE, 1973: p. 376). Sendo assim, a dissuasão dessas armas tem enorme relevância para a manutenção da paz armada pela defesa contra o ímpeto de atacar: “Objetos em repouso podem exercer um grande trabalho – se esses objetos forem como as armas nucleares”.<sup>20</sup> (BRODIE, 1973: p. 376)

<sup>20</sup> Tradução nossa de “Objects at rest can do enormous work – if those objects are such things as nuclear weapons”. (BRODIE,

No entanto, há uma diferença entre a capacidade de dissuadir o inimigo e a capacidade de vencer a guerra. A dissuasão para vencer a guerra exige muito mais força, de modo que garanta a vitória sem precedentes, enquanto que a segunda prevê a disponibilidade menor de força, mas que tenha um valor considerável de dissuasão. (BRODIE, 1959: p. VIII)

A única experiência substancial de utilização de armamento nuclear foi no período final da Segunda Guerra Mundial e, por esta razão, esse contexto é tomado por base na discussão sobre a era nuclear. Todavia, como ressalta Brodie, as condições de uma futura guerra nuclear seriam extremamente diferentes do que ocorreu na realidade. (BRODIE, 1959: p. V, 107)

No bombardeio em Hiroshima e Nagasaki, havia uma concepção de que se poderia utilizar a dissuasão nuclear para deter qualquer tipo de guerra e não apenas o uso de armas nucleares, de modo que os EUA consideravam utilizar quando acreditassem que fosse – aos seus interesses – adequado. (BRODIE, 1973: p. 376, 404) Em guerras limitadas<sup>21</sup> - que não incluem o bombardeio estratégico, por definição – não são usados os instrumentos mais eficientes de todos, ou ao menos, não da maneira mais eficiente. Entretanto, não há base, segundo Brodie, para se argumentar o equívoco ou não da utilização de armas nucleares em guerras limitadas. (BRODIE, 1959: p. 326, 329) Seria, então, uma solução utilizar a estratégia de uma guerra total em uma guerra limitada a fim de conter a probabilidade de escalada? Para o autor, essa questão só pode ser tomada em forma especulativa. (BRODIE, 1959: p. 349)

Das observações desse momento, pode-se argumentar quais razões que levaram o uso de uma bomba atômica ao invés de uma arma convencional, mas Brodie introduz o aspecto moral e a capacidade de retaliação como decisivos na ação.

O aspecto moral do inimigo tem sido um alvo primário e é altamente salientado por Clausewitz. (BRODIE, 1959: p. V) O bombardeio de áreas urbanas japonesas se deu de forma muito mais intensa e concentrada – no sentido temporal – do que os ataques à Alemanha, de modo que o efeito produzido foi uma rendição incondicional, imediata e precipitada. O resultado dessa ação, da rendição por parte do imperador japonês, refletiu rapidamente ao colapso: perda de confiança da população em seus líderes e um sentimento de consternação pela maior parte da população. (BRODIE, 1959: p. 138)

Os alvos estratégicos em uma guerra devem estar em consonância com a política. O uso dessas armas nucleares – como demonstrado no Japão – tem uma capacidade destrutiva muito mais ampla do que simplesmente atacar as forças armadas inimigas para que elas não tenham mais capacidade de lutar.

A preocupação em se evitar uma guerra está intrinsecamente relacionada à capacidade de retaliação, uma vez que pode-se considerar um potencial ilimitado para essas armas. (BRODIE, 1973: p. 378, 382) O pressuposto da natureza da guerra de reciprocidade, nessa situação, remete às consequências mutuamente aniquilatórias que levariam às ações suicidas diante das forças retaliatórias inimigas. (BRODIE, 1959: p.173)

Segundo o autor (1959: p. 223): “Não há muito tempo, era possível para as nações desfrutarem de um grau de segurança contra a agressão estrangeira que em alguns casos se aproximava do absoluto”<sup>22</sup>. Isso retrata como a segurança de uma nação reflete na insegurança de outra e como a ameaça de retaliação total desencoraja a agressão. (BRODIE, 1959: p. 224, 348)

Brodie, enquanto estrategista da dissuasão nuclear nos EUA esforçava-se em manter íntegra a concepção de Clausewitz da guerra ser sempre um instrumento da política, de modo que impedisse de atingir o cenário cataclísmico da guerra absoluta, pois como ele mesmo reforça: “a prática habitual é mais

---

1973, p. 376)

21 As guerras limitadas são assim denominadas por Brodie por nutrirem uma intenção limitada que necessitaria de um menor desprendimento de esforços, caracterizando algo semelhante àquilo que Clausewitz chamou de guerra real. (CLAUSEWITZ, s.d.)

22 No original: “Not so long it was possible for nations to enjoy a degree of security against foreign aggression which in some instances approached the absolute.” (BRODIE, 1959, p. 223)

precisamente deixar que a guerra assuma o controle da política nacional” (BRODIE, s.d.b – um guia: p. 765)”, uma vez que quanto mais estimulante for o motivo da guerra, a mesma se parecerá mais militar do que política e se aproximará do seu conceito abstrato.

Ainda, é importante ressaltar que a dissuasão pode não obter os resultados esperados de modo que não há como garantir na prática sua total eficiência. (BRODIE, 1959: p. VIII, X) Dessa forma, Brodie (1973: p.421) afirma que as guerras com armas nucleares nunca devem ser autorizadas a iniciar, entretanto, é importante que se tenha os preparativos físicos para tal, mesmo que, segundo ele, não exista uma defesa totalmente adequada para o armamento nuclear, pois o grau de destruição de uma bomba é muito grande e ultrapassa o imaginável: o poder de uma bomba atualmente é capaz de efetivamente destruir qualquer cidade do mundo. Isso revela mais uma vez a importância de se criar um sentimento de apreensão ao inimigo por parte da possibilidade de uso de armas nucleares. (BRODIE, 1946: p. 05, 19; BRODIE, 1959: p.397).

Bernard Brodie como prestigiado autor dos estudos estratégicos na era nuclear traz, portanto, uma importante contribuição quanto ao papel da dissuasão na Guerra Fria e no cenário atual. Além disso, apresenta como pontos centrais as possibilidades de defesa e retaliação. Brodie (1959: p. 233) acredita que provavelmente não ocorra nenhuma campanha entre grandes Estados beligerantes no futuro. (BRODIE, 1959: p. 144) Mas, ao mesmo tempo, reconhece que não há como provar que a guerra total aconteceria ou não. (BRODIE, 1959: p. 233) E, sendo assim, o armamento nuclear e o poder de dissuasão mostra-se, mais uma vez, útil à política.

Pode ser útil à avaliação mais ampla de Brodie (1973, p. 4) um aspecto desdobrado de uma das suas análises referentes à primeira guerra limitada pós-Segunda Guerra Mundial, a Guerra da Coreia. O entendimento do então comandante do corpo expedicionário norte-americano, general Douglas MacArthur, de que não há na guerra substituto para a vitória ensinaria uma escalada tomando como meios o bombardeio da Manchúria com trinta a cinqüenta artefatos nucleares, uma cerca de cobalto radioativo na fronteira sino-coreana do rio Yalu, o uso de meio milhão de soldados de Taiwan para opor-se à ofensiva dos “voluntários” da República Popular da China (PASSOS, 2014, p.82).

Uma vez que a hipótese enunciada no início deste trabalho contemplava uma forte perspectiva de dinâmica e de particularidade histórica no sentido, inclusive, de dar contornos “camaleônicos” às transformações pelas quais a guerra passou, não se pode raciocinar de forma automática e mecânica. A vitória não é o cerne da discussão para Clausewitz. O fulcro de sua reflexão está na consecução dos objetivos políticos.

Um automatismo da vitória na Era Nuclear nada tem a ver com objetivos políticos. Os rumos da Guerra da Coreia em evitar uma escalada que resultasse em uma Terceira Guerra Mundial são a comprovação de que a avaliação política levou à exoneração de MacArthur do comando e ao armistício que caracterizou um empate. Em termos mais específicos da Era Nuclear, a inteligência política que norteia a guerra certamente não pode colocar a vitória (no sentido da aniquilação) como um imperativo ou como um fim. Em um mundo onde não mais existe o monopólio nuclear que marcou o uso pioneiro no teatro de operações do Oceano Pacífico em 1945, o nexos orgânico com a política da violência absoluta nunca foi tão indispensável em qualquer cálculo racional de uma busca de uma eventual vitória em termos estritos.

### 3.5 As considerações de Peter Paret

Peter Paret é autor de obras de grande relevância no estudo do pensamento do general prussiano, bem como o editor e tradutor do alemão para o inglês, juntamente com Michael Howard, da obra *Da Guerra de Clausewitz*, a qual é comumente referida como a de melhor qualidade. Em “*Clausewitz and the*

*State*” (1985), Paret faz uma análise da teoria clausewitiana e traz importantes considerações, sobretudo ao conceito de Guerra Absoluta, que são pertinentes à discussão. Além disso, Paret é editor de *“Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age”* (1986), e embora não tenha dedicado nenhum capítulo específico sobre a era nuclear para expor suas reflexões sobre o tema, o autor traça breves considerações sobre essa nova conjuntura e o nexos com a teoria de Clausewitz que convém ser apresentados.

Da Guerra (s.d.) é uma obra inacabada, mas Clausewitz, desprendido de uma análise esquemática, apontou a possibilidade de atualizar a discussão sobre a guerra por ter uma visão de que padrões não são suficientes para analisá-las. Os Estados, aliás, a política é produto de seu próprio passado e de circunstâncias atuais e as instituições militares e o uso da violência está submetido às condições econômicas, sociais e políticas dos Estados. Nesse sentido, a guerra tem formas muito distintas e suas diversidades e constantes alterações não conseguem ser contempladas em sistema. (PARET, s.d.: p. 5)

O aspecto principal da guerra - e já bastante conhecido - é o caráter político da mesma e esse é o princípio base para a análise de qualquer conflito. Segundo Paret:

O reconhecimento de Clausewitz do caráter político da guerra reforça o ponto expresso na natureza dual da guerra de que não é um ato autônomo ou isolado. A derrota do poder armado do inimigo e de sua vontade de usá-lo não é um fim em si mesmo, mas um meio para alcançar objetivos políticos. A violência deve expressar o propósito político de maneira racional e utilitária; não deve tomar o lugar do propósito político, nem obliterá-lo. (PARET, 1986, p. 200)<sup>23</sup>

Sendo assim, todas as particularidades da guerra – desde o planejamento estratégico até a condução das operações – devem estar de acordo ou ser determinados visando os fins políticos. É, então, inconcebível tomar qualquer tipo de guerra como uma norma que deve determinar a política e um padrão a ser seguidos por quaisquer outras guerras. (PARET, s.d.: p. 5) Portanto, ainda que com o progresso de aspectos técnicos, as guerras sempre podem (e devem) ser condicionadas pela política.

Mesmo em casos mais extremos, Paret (1986: p. 9) observa que a guerra ainda assim seria, no mundo real, sempre refreada pela - o que Clausewitz denominou de - fricção: ”a tese da guerra total como guerra ideal é seguida pela antítese de a guerra, mesmo na teoria, é sempre influenciada por forças externas a ela”.<sup>24</sup> A fricção, segundo o general prussiano, é o único conceito que consegue relativamente distinguir uma guerra real da “guerra no papel”. (PARET, s.d.: p. 17)

Além da importância da fricção para inibir a escalada ao extremo, ela também exerce um efeito intimidatório psicologicamente e a atenção a esse fator é central na teorização de Clausewitz. (PARET, s.d.: p. 11, 17). Paret argumenta que mesmo com o desenvolvimento de novas tecnologias, as estruturas sociais e políticas pouco sofreram mudanças, de forma que mesmo com governos detentores de armamento nuclear, as pessoas que os conduzem têm suas ideias muito pouco alteradas com o tempo. (PARET, 1986: p.7)

Mas ainda é importante ressaltar que mesmo com essas particularidades que inibem a escalada ao extremo, ainda é possível notar na realidade uma proximidade com a guerra absoluta em determinadas ocasiões como em certas campanhas napoleônicas ou na tentativa de exterminar um povo, como em uma guerra nuclear. (PARET, 1986: p. 199)

No cenário de armas nucleares, alguns autores tem tido a concepção de que, diante da irracionalidade de se travar uma guerra utilizando esses armamentos, todas as guerras se tornariam

<sup>23</sup> Tradução nossa de “Clausewitz’s recognition of the political character of war reinforces the point expressed in the dual nature of war that war is not an autonomous or isolated act. The defeat of the enemy’s armed power and of his will to use it is not an end in itself but a means to achieve political goals. Violence should express the political purpose, and express it in a rational, utilitarian manner; it should not take the place of the political purpose, nor obliterate it.” (PARET, 1986, p. 200)

<sup>24</sup> Tradução nossa de “The thesis of total war as the ideal war is followed by the antithesis that war, even in the theory, is Always influenced by forces external to it.” (PARET, 1986, p. 199)

irracionais e impossíveis. Todavia, segundo Paret (1986: p.7) “a guerra não foi excluída, apenas se tornou mais perigosa”, de modo que a bomba atômica não tenha servido como uma total inibidora de guerra, visto que até os dias atuais, toda a forma de guerra não concebida com armamento nuclear tem sido travada, desde guerrilhas até grandes ataques aéreos.

Na realidade o que ocorre com a possibilidade de uma guerra nuclear entre Estados é a mudança da estratégia, mas, assim como a guerra que sofre alterações segundo as particularidades do contexto em que está inserida, cada época possui a sua própria estratégia. (PARET, 1986: p 132) Desde os ocorridos em Hiroshima e Nagasaki em 1945, a análise estratégica da guerra tem-se direcionado à novos caminhos. (1986: p. 5)

Em “*Clausewitz and the State*” (PARET, 1985: p. 367-369), a discussão da guerra absoluta é posta em termos indiretamente pertinentes ao objeto em pauta deste trabalho. Explique-se: sendo a guerra absoluta uma noção histórica adequada à articulação e tratamento analítico das diferentes manifestações e intensidades das diversas manifestações históricas da guerra:

A violência absoluta, embora logicamente válida, era uma ficção que servia para unificar todos os fenômenos militares e ajudar a tornar o seu tratamento teórico possível. O poder da fricção reduziu o abstrato absoluto às formas modificadas que ele assumiu na realidade. O poder analítico por esta relação dialética entre o absoluto e o real, entre a filosofia e a história, era enorme. (PARET, 1985: p. 367)<sup>25</sup>

Mais adiante, complementando tal raciocínio, Paret lança mão de uma assertiva baseada na definição trinitária clausewitziana (com suas principais tendências tratadas metaforicamente pelo general prussiano como magnetos) que permite estabelecer um nexos com as transformações tecnológicas, dando ensejo à discussão da guerra absoluta na Era Nuclear, muito embora não seja este o seu foco específico (PARET, 1985: p. 368):

Ao permanecer suspensa entre os três magnetos ou campos de energia envolvendo a violência, a política e o acaso e o acaso e a criatividade, que variam em grau de interação em cada guerra, a teoria ganhou a universalidade que permitiu que ela analisasse todas as guerras, passadas e presentes, assim como a flexibilidade que permitira que suas principais proposições acomodasse quaisquer mudanças tecnológicas que o futuro pudesse trazer<sup>26</sup>.

Não poderia ser mais oportuna tal formulação, dado que a significação e ressignificação histórica (“camaleônica”) da guerra enseja justamente a aplicação de tal linha de raciocínio referente à guerra absoluta para a Era Nuclear.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As explosões em Hiroshima e Nagasaki resultaram após algum tempo no ressurgimento do debate teórico do general Carl von Clausewitz, principalmente no que se diz respeito à comparação entre o conceito abstrato de guerra absoluta e o novo cenário instaurado com o advento de armas nucleares.

25 No original: “Absolute violence, though logically valid, was a fiction, an abstraction that served to unify all military phenomena and helped make their theoretical treatment possible. The power of friction reduced the abstract absolute to the modified forms It assumed in reality. The analytic power generated by the dialectical relationship between the absolute and the real, between philosophy and history, was enormous (PARET, 1985: p. 367).”

26 No original: “By remaining suspended between the three magnets or energy fields of violence, of politics, and of chance and creativity, which to varying degree interacted in every war, theory gained the universality that allowed it to analyse all wars, past and present, as well as the flexibility that would enable its major propositions to accommodate whatever social and technological changes the future might bring” (PARET, 1985: p. 368).

A forma com que Clausewitz traçou suas reflexões longe de esquematismos que permitissem a sua adaptação em diferentes conjunturas históricas e acessível a possíveis reinterpretações permitiu testar a hipótese de que sendo a guerra absoluta originalmente formulada como um conceito abstrato - como uma verdadeira “fantasia lógica” – a historicidade da abordagem da guerra, isto é, a sua adequação às diferentes conjunturas históricas, tais quais um “verdadeiro camaleão”, permitiu estabelecer umnexo e uma reinterpretação plausível com as abordagens contemporâneas apresentadas por Raymond Aron, Michael Howard, Hew Strachan, Bernard Brodie e Peter Paret. Isso se deu na medida em que esses estudiosos do general prussiano respeitaram as particularidades do próprio contexto em que o Da Guerra foi escrito.

Todos os estudiosos de Clausewitz apresentados neste estudo proporcionaram relevantes contribuições na remontagem das abordagens clausewitzianas no período pós-Guerra Fria. Pode-se concluir que a unanimidade das argumentações apontam esse momento de era nuclear como uma aproximação do cenário abstrato de guerra absoluta desenvolvida por Clausewitz, tais quais o general identificou nas guerras napoleônicas em sua época.

A tríade, conhecida como lei dos extremos – a ação recíproca de ataques; o objetivo de eliminar o inimigo; e, o emprego máximo de esforços– resultado do uso da violência sem limitações no conceito de guerra absoluta é observado pelo autores nesse contexto de pós-45.

As constantes tentativas de superar o inimigo, em ambos os lados, isto é, ao o ímpeto extremo de se compelir o inimigo ante todas as coisas, correspondem à intimidação nuclear graduada em que há o emprego progressivo de esforços maiores, levando essa escalada a pontos extremos. No caso de uma guerra nuclear está contida a ideia de um apocalipse nuclear diante da retaliação do inimigo e, portanto, do risco de suicídio comum.

A necessidade de derrotar o inimigo de forma definitiva que o torne incapaz de reagir é tomada no cenário de guerras nucleares por ataques e contra-ataques de extermínio do inimigo. A violência de uma bomba nuclear aproxima-se do conceito abstrato de guerra absoluta diante da perspectiva de aniquilamento do oponente de modo que escamoteia o horizonte principal que é atingir aos objetivos políticos.

Dessa forma, para que seja possível atacar prevendo não só a contenção, como também o aniquilamento do inimigo, é necessário que se utilize o emprego máximo de esforços. Nesse contexto, o uso de armas nucleares exprime perfeitamente esse aspecto diante da tamanha violência e destruição na detonação de uma bomba atômica.

O cenário de uma guerra nuclear remete, então, ao conceito de guerra absoluta pelo grau de aproximação com os pontos extremos da mesma. Mas a guerra em suas feições reais seria, então, influenciada por forças internas – fricção – e externas – os propósitos políticos. Dessa forma, as condições de uma guerra nuclear seriam muito distantes da experiência vivida em Hiroshima e Nagasaki.

Os acontecimentos no final da Segunda Guerra Mundial representam a única situação substancial de uso de armamentos nuclear em um teatro de operações, Todavia, vale ressaltar que o episódio não se tratou de uma guerra nuclear devido à incapacidade do Japão em reagir e, segundo Aron (1986b), essa situação pode ser classificada apenas como um teste. É, portanto, evidente, que diante de tal irracionalidade do uso do armamento nuclear, a estratégia da dissuasão passa a ser o ponto central na atualidade.

O armamento nuclear passa a servir como uma defesa pela capacidade de intimidar o oponente a atacar. E, a realidade tem, assim como na Revolução Francesa, se aproximado da teoria ora posta como uma fantasia lógica, uma forma abstrata de se pensar a guerra em modos extremados. É certo, então, que o pensamento de Clausewitz nesse contexto trouxe importantes considerações tanto na construção de um cenário de guerra nuclear total, quanto para a compreensão da realidade.

Por fim, mas não menos importante, nenhum dos autores analisados trata especificamente a temática das leis da ascensão aos extremos no conjunto das mesmas com maior grau de atenção. Isto aponta a necessidade de buscar aprofundar não somente as análises na problemática de pesquisa aqui enunciada, como também trilhar um caminho no sentido de proporcionar análises mais coerentes com as formulações originais de Clausewitz – em boa medida contempladas pelo conjunto dos autores aqui discutidos – que permitam desmistificar a imagem do general prussiano como um mero defensor do transe irracional na consecução do derramamento de sangue.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos, pela paciência, disponibilidade e, acima de tudo, por acreditar em mim. Agradeço pelos ensinamentos e pela atenção que foram essenciais para o meu aprendizado e crescimento.

Agradeço também aos meus colegas, Matheus de Freitas Cecílio e Henrique Roder Silva, que integraram o grupo de estudos sobre Clausewitz comigo, por sempre trazerem contribuições muito pertinentes.

Por fim, agradeço à Fapesp, pelo apoio financeiro e institucional sob o processo 15/14829-2, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

## REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Pensar a Guerra, Clausewitz: a era europeia**. Brasília: Universidade de Brasília, 1986a.
- \_\_\_\_\_. **Pensar a Guerra, Clausewitz: a era planetária**. Brasília: Universidade de Brasília, 1986b.
- BIANCHI, Álvaro. Prefácio: Clausewitz: Guerra, Política e Revolução. In: PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. **Clausewitz e a Política**. Ijuí: Unijuí, 2014. p. 9-18.
- BRODIE, Bernard. DA GUERRA: A Importância Duradoura de *Da Guerra*. In: VON CLAUSEWITZ, Carl. **Da Guerra**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, s.d.b. p. 760-837.
- \_\_\_\_\_. **Strategy as a Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1949.
- \_\_\_\_\_. **Strategy in the Missile Age**. New Jersey: Princeton University Press, 1959.
- \_\_\_\_\_. **The Absolute Weapon: Atomic Power and World Order**. New Haven: Yale Institute of International Studies, 1946.
- \_\_\_\_\_. Um Guia para a Leitura de *Da Guerra*. In: VON CLAUSEWITZ, Carl. **Da Guerra**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, s.d.a. p. 47-62.
- \_\_\_\_\_. **War and Politics**. New York: MacMillan, 1973.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Tradução para o português de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Vale. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, s.d. Disponível em: <[www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf](http://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf)>.
- \_\_\_\_\_. **On War**. Tradução de Michael Howard e Peter Paret, Princeton: Princeton University Press, 1984, 732 pp.
- CECÍLIO, Matheus de Freitas. **Aron e Clausewitz: Uma Leitura Epistemológica**. Marília: 2016. Relatório apresentado à Fapesp.
- HONIG, Jan Willem. **Clausewitz's On War: Problems of Text and Translation**. In: Clausewitz in the twenty-first century, Oxford: Oxford University, 2007, p. 57-74.
- HOWARD, Michael. **A Influência de Clausewitz In: \_\_\_\_\_ CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, s.d.
- \_\_\_\_\_. **Clausewitz**. Oxford: Oxford University, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. **O Pensamento de Lenine**, Lisboa: Moraes, 1969.



PARET, Peter. **A Gênese de Da Guerra In:** \_\_\_\_\_ CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, s.d.

\_\_\_\_\_. **Clausewitz and the State:** the man, his theories, and his times. Princeton: Princeton University Press, 1985.

\_\_\_\_\_. **Makers of Modern Strategy:** from Machiavelli to Nuclear Age. Editado com a colaboração de Gordon A. Craig e Felix Gilbert. Princeton: Princeton University Press, 1986.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. **Clausewitz e a Política:** uma leitura da obra “Da Guerra”. Ijuí: Unijuí, 2014a.

\_\_\_\_\_. Maquiavel e Clausewitz: Da arte da guerra à política por outros meios. In: SALATINI, Rafael; ROIO, Marcos del (Org.). **Reflexões sobre Maquiavel**. Marília: Cultura Acadêmica, 2014b. p. 145-156.

STRACHAN, Hew. **Annual Defense Lecture:** War and Strategy. London: Chatham House, 2007a.

\_\_\_\_\_, Hew. Clausewitz and the Dialectics of War. In: HOWARD, Michael; HERBERG-ROTHER, Andreas (Org.). **Clausewitz in the Twenty-First Century**. Oxford: Oxford University Press, 2007b. p. 14-44.

\_\_\_\_\_. Sobre a Guerra de Clausewitz, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

STRACHAN, Hew. **The Changing Character of War**. Geneva: The Graduate Institute Of International Relations, 2006.

SUMIDA, J. **BookTV:** Jon Sumida, Decoding Clausewitz, 19 de dezembro de 2011. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=P2hCBmIzEaw](http://www.youtube.com/watch?v=P2hCBmIzEaw)>. Acesso em 28 de dezembro de 2014.

THE CHANGING Character of War. Intérpretes: Hew Strachan. Glasgow: University Of Glasgow, 2012. Son., color. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=qGIsrM9pZrc](http://www.youtube.com/watch?v=qGIsrM9pZrc)>.

